

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **02.276.653/0001-23**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em **31 de dezembro de 2025**.

Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração dos Resultados Abrangentes;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Informamos que as demonstrações financeiras acima mencionadas foram publicadas no sítio eletrônico da Instituição.

Por fim cumpre salientar que a alta administração da **Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção.

Atenciosamente,

---

DIEGO SIQUEIRA SANTOS  
Diretor Presidente

---

FELIPE DE ANDREA  
Contador CRC PR 067181

# **Demonstrações Financeiras**

## **Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com relatório do auditor independente

## Relatório da administração

Senhores,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Trinus DTVM" ) relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025.

### Mensagem da Administração

A **Trinus DTVM** tem por objeto social a intermediação financeira entre emissores de títulos e investidores, oferecendo diversificação de investimentos, acesso ao mercado de capitais para captação de recursos por parte de empresas, proteção ao investidor por meio do cumprimento de regulamentações, prestação de assessoria financeira, incentivo à inovação financeira, contribuição para o desenvolvimento econômico ao estimular o crescimento empresarial e promoção da educação financeira entre os investidores.

Em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções nº 4.557/17 e nº 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, a Trinus Investimentos e a Trinus SCD mantêm estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2025, seus limites operacionais , contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro, demonstraram níveis adequados e compatíveis com a natureza de suas operações.

### Destaques do período

#### Negócio

A Trinus DTVM mantém-se em "produção assistida", atendendo exclusivamente a um grupo controlado de clientes. Desde a transição estratégica concluída em 2024, todos os produtos voltados ao público pessoa física foram descontinuados, com a operação concentrada na distribuição de fundos via conta-e-ordem.

Os principais produtos da Trinus DTVM seguem na estruturação e distribuição de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), bem como serviços de banco de liquidez e custódia. Os serviços financeiros de estruturação, integrados à operação da instituição, mantiveram desempenho consistente, reforçando a sinergia com demais empresas do grupo.

## ESG

Movida por seu propósito transformador, a Trinus.Co, holding da Trinus DTVM, mantém compromisso de crescimento sustentável, com área dedicada à disseminação das práticas ESG em todas as empresas do grupo. É signatária dos Princípios para o Investimento Responsável da ONU (PRI-ONU), tendo realizado reporte público sobre integração de fatores ESG em investimentos e decisões.

A Trinus Investimentos mantém treinamentos periódicos para colaboradores, *due diligence* de clientes (KYC) e gestores dos produtos distribuídos (KYP) e política ESG divulgada publicamente.

A Administração.

# Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	6
Balancos patrimoniais .....	9
Demonstração dos resultados.....	10
Demonstração dos resultados abrangentes.....	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	12
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto.....	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras .....	14



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, n.º 1400, Conjunto Térreo ao 801  
Bairro Chácara Santo Antônio  
04719-911 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04719-911 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

## Aos administradores e acionistas da

### Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A

Goiânia - Go

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (“Trinus DTVM”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (“Trinus DTVM”), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Trinus DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas

demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Trinus DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Trinus DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Trinus DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Trinus DTVM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos


opinião sobre a eficácia dos controles internos da Trinus DTVM.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Trinus DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Trinus DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6



Willian Hideki Ishiba  
Contador CRC 1SP281835/O-2

## Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balço patrimonial em  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>dez/25</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>3</b>	<b>2.862</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>4</b>	<b>608</b>
Diversos		608
<b>Ativo circulante</b>		<b>3.470</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>5</b>	<b>34</b>
Imóveis de uso (Depreciações acumuladas)		624 (590)
<b>Intangível</b>	<b>6</b>	<b>-</b>
Ativos intangíveis (Amortização acumulada)		79 (79)
<b>Ativo não circulante</b>		<b>34</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.504</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>7</b>	<b>434</b>
Fiscais e previdenciárias		161
Provisão para pagamentos a efetuar		253
Diversas		20
<b>Passivo circulante</b>		<b>434</b>
Capital social	<b>8</b>	6.450
Ajustes de avaliação patrimonial		(42)
Prejuízos acumulados		(3.338)
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>3.070</b>
<b>Total do passivo + patrimônio líquido</b>		<b>3.504</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos resultados

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	2ºsem/25	2025
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>9</b>	<b>55</b>	<b>65</b>
Receitas com títulos e valores mobiliários		55	65
<b>Resultado de intermediação financeira</b>		<b>55</b>	<b>65</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b>(1.002)</b>	<b>(2.763)</b>
Receitas de prestação de serviços	<b>10</b>	243	311
Despesas de pessoal	<b>11</b>	(277)	(648)
Outras despesas administrativas	<b>12</b>	(1.197)	(2.637)
Despesas tributárias	<b>13</b>	(27)	(44)
Outras despesas operacionais		-	(10)
Outras receitas operacionais		256	265
<b>Resultado operacional</b>		<b>(947)</b>	<b>(2.698)</b>
<b>Resultado antes da tributação do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(947)</b>	<b>(2.698)</b>
Imposto de renda	<b>14</b>	-	-
Contribuição social sobre o lucro	<b>14</b>	-	-
<b>Prejuízo líquido do semestre/exercício</b>		<b>(947)</b>	<b>(2.698)</b>
Número de ações		12.789.046	12.789.046
Prejuízo por mil ações		(0,0740)	(0,2110)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	2ºsem/25	2025
<b>Prejuízo líquido do semestre/exercício</b>	<b>(947)</b>	<b>(2.698)</b>
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(947)</b>	<b>(2.698)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro 2025</b>	<b>6.450</b>	<b>(42)</b>	<b>(640)</b>	<b>5.768</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(2.698)	<b>(2.698)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>6.450</b>	<b>(42)</b>	<b>(3.338)</b>	<b>3.070</b>
<b>Saldos em 1º de julho 2025</b>	<b>6.450</b>	<b>(42)</b>	<b>(2.391)</b>	<b>4.017</b>
Prejuízo líquido do semestre	-	-	(947)	<b>(947)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>6.450</b>	<b>(42)</b>	<b>(3.338)</b>	<b>3.070</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto  
No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais)

	<u>2º sem/25</u>	<u>2025</u>
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>	<b>(947)</b>	<b>(2.698)</b>
<b><u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u></b>		
<b>Ajuste por:</b>		
Reversão da provisão para contingências	(250)	(240)
Depreciações/amortizações	13	28
<b><u>Variação em ativos operacionais:</u></b>	<b>231</b>	<b>838</b>
Redução de instrumentos financeiros	104	-
Redução em outros ativos	127	838
<b><u>Variação em passivos operacionais:</u></b>	<b>(223)</b>	<b>(737)</b>
(Redução) Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias	35	(681)
Redução em obrigações diversas	(258)	(56)
<b><u>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</u></b>	<b>(1.176)</b>	<b>(2.809)</b>
<b><u>Redução em caixas e equivalentes de caixa</u></b>	<b>(1.176)</b>	<b>(2.809)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4.038	5.671
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	2.862	2.862
<b><u>Redução em caixa e equivalentes de caixa</u></b>	<b>(1.176)</b>	<b>(2.809)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., denominada "Trinus DTVM", tem por objeto social as atividades de participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, bem como todas aquelas atividades listadas no Artigo 2º, Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.120 de 1986.

A Trinus DTVM permanece em "produção assistida", atendendo apenas a um grupo de controle. No primeiro semestre de 2025, consolidou a mudança estratégica iniciada em 2024, com foco exclusivo no modelo B2B voltado a clientes Pessoa Jurídica.

Com essa reestruturação, todos os produtos voltados ao público Pessoa Física foram descontinuados, incluindo a Plataforma de Investimentos, negociação de renda variável, Tesouro Direto e renda fixa privada. Todas as contas de Pessoa Física foram encerradas conforme o cronograma estabelecido em março de 2024.

Os principais produtos da Trinus DTVM concentram-se atualmente na estruturação e distribuição de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), além dos serviços de banco de liquidez e custódia. Os serviços financeiros de estruturação, integrados à operação devido à sinergia com a atuação da instituição, registraram crescimento expressivo no último exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Trinus DTVM de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Trinus DTVM para os próximos 12 (doze) meses, de acordo com seu plano de capital.

## 2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram revisadas e autorizadas pela Administração em 31 de março de 2026.

### 2.1 Alterações nas normas contábeis brasileiras

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são:

- Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 (R1));
- Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (CPC 02 (R2));
- Res. 3.604/08 - demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2));
- Res. 4.534/16 - ativo intangível (CPC 04 (R1));
- Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1));
- Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1));
- Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23);
- Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24);
- Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25);
- Res. 4.535/16 - ativo imobilizado (CPC 27);
- Res. 4.424/15 - registro contábil e evidenciação de benefícios a empregados (CPC 33 (R1));
- Res. 3.959/19 - resultado por ação (CPC 41);
- Res. 4.748/19 - mensuração ao valor justo (CPC 46).

Atualmente não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

Em 25 de novembro de 2021, o Bacen aprovou a Resolução CMN nº 4.966 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A área de risco da Companhia avaliou e implementou essa norma e entende que os ativos financeiros mantidos pela Distribuidora não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB).

## **2.2 Resumo das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

### **a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e Títulos e Valores Mobiliários que se encaixam nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2), com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução Bacen nº 4.818/2020.

### **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

### **d) Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos Financeiros são classificados nas categorias de acordo com a intenção da Administração em manter o fluxo de caixa de tais instrumentos.

Os títulos classificados nas categorias:

- a) Custo amortizado: os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: i) o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e ii) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.
- b) Valor justo em outros resultados abrangentes, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: i) o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e ii) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.
- c) Valor justo no resultado, os demais ativos financeiros.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria “Valor justo no resultado” são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria “Valor justo por meio em outros resultados abrangentes” são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários e na venda definitiva dos títulos, estes ajustes são transferidos para as respectivas contas de resultado do período.

### **e) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais serão efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** não serão reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes:** serão incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não serão, portanto, provisionados, mas divulgados, se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados, se classificados como perda remota;
- **Provisões:** serão reconhecidas nas informações financeiras, quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, quando for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela administração serão contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

#### **f) Imobilizado de uso**

São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, sendo de 20% a.a. para “Sistema de processamento de dados” e de 10% a.a. para as demais contas.

#### **g) Intangível**

Gastos em atividades de pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### **h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gerem entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas estas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **i) Negociação e intermediação de valores**

Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores e demais participantes de mercado, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

#### **j) Depósitos**

São valores depositados pelos clientes em suas contas correntes, os montantes são registrados pelo seu valor original, estando os recursos disponíveis aos clientes para movimentos futuros.

#### **k) Lucro (Prejuízo) por ação**

Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do fechamento de balanço. O resultado por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

#### **l) Demais ativos e passivos**

Demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do fechamento de balanço.

#### **m) Imposto de renda e contribuição social**

Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas de acordo com o regime de lucro real, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo considerando o objeto social para

exercer a atividade financeira:

	<b>Alíquotas</b>
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social	15%

A provisão para imposto de renda para Corretora financeira é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

Os créditos tributários são calculados sobre os prejuízos fiscais.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável a sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

#### **n) Apropriação de receitas e despesas**

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observando o critério *pro rata* dia para as despesas e receitas de natureza financeira.

#### **o) Resultado não recorrente**

A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram resultados não recorrentes.

### **3 Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por disponibilidades em moeda nacional:

	<u>Dez/25</u>
<b>Disponibilidades</b>	
Depósitos bancários	2.862
<b>Total</b>	<u>2.862</u>

### **4 Outros ativos**

#### **i) Créditos diversos**

	<u>Dez/25</u>
Adiantamentos salariais e fornecedores	24
Impostos a compensar	572
Outros ativos	12
<b>Total</b>	<u>608</u>

### **5 Imobilizado de uso**

#### **Composição do imobilizado**

	<u>Dez/25</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>
		<u>Saldo líquido</u>
<b>Imobilizado de uso</b>		

Instalações (a)	348	(348)	-
Móveis e equipamentos de uso	82	(64)	18
Computadores e periféricos	194	(178)	16
<b>Total</b>	<b>624</b>	<b>(590)</b>	<b>34</b>

(a) Saldo referente a instalações incorridas no imóvel pertencente a terceiros, alugado pela Holding por meio do contrato firmado em 01/08/2017 e aditivado em 10/09/2018, transferindo a titularidade para a Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. anteriormente denominada Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Consideramos que as instalações realizadas no imóvel aumentam a capacidade de produção e eficiência da DTVM, conforme Resolução Bacen nº 4.535/16 artigo 5º.

#### **Movimentação do imobilizado**

	<u>dez/24</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Dez/25</u>
<b>Imobilizado de uso</b>			
Móveis e equipamentos de uso	27	(9)	18
Computadores e periféricos	33	(17)	16
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>(26)</b>	<b>34</b>

## **6 Intangível**

#### **Composição do intangível**

	<u>Dez/25</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Sistemas e softwares	79	(79)	-
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>(79)</b>	<b>-</b>

#### **Movimentação do intangível**

	<u>dez/24</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Dez/25</u>
Sistemas e softwares	2	(2)	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>

## **7 Outros passivos**

#### **Outras obrigações**

	<u>Dez/25</u>
<b>Fiscais e previdenciárias</b>	<b>161</b>
Impostos e contribuições sobre terceiros	2
Impostos e contribuições sobre salários	13
Demais impostos a recolher	146
<b>Provisão para pagamentos a efetuar</b>	<b>253</b>
Outras obrigações com pessoal	57
Obrigações com pagamentos a efetuar	196
<b>Diversas</b>	<b>20</b>
Outras obrigações	20
<b>Total</b>	<b>434</b>

## 8 Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 6.450 está representado por 12.789.046 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.394.523 ações ordinárias e 6.394.523 ações preferenciais.

### b) Reservas de lucros

O Lucro líquido do exercício anual terá as seguintes destinações:

- (i) 5% à constituição de reserva legal, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social.
- (ii) Pagamento de dividendos que, de acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.
- (iii) O saldo terá a destinação que a Assembleia Geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará ao pagamento de dividendos ou reforço de capital, até que atinja o limite definido na legislação em vigor.

As destinações dos lucros são realizadas no encerramento do exercício social.

### c) Política de distribuição de dividendos

Conforme parágrafo 6º do Estatuto Social, a Companhia distribuirá, por deliberação da diretoria, como dividendo mínimo obrigatório a todas as ações, em cada exercício social, quantia equivalente a, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

### d) Resultado por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	<u>Dez/25</u>
<b>Prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias</b>	<b>(2.698)</b>
<b>Média ponderada das ações no período</b>	<b>6.395</b>
<b>Resultado por ação - básico e diluído</b>	<b>(0,2110)</b>

## 9 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	<u>2º sem/25</u>	<u>Dez/25</u>
Rendas com títulos e valores mobiliários	55	65
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>65</b>

## 10 Receitas de prestação de serviços

	<u>2º sem/25</u>	<u>Dez/25</u>
Receitas com assessorias técnicas	214	276
Receitas com comissão de colocações de títulos e valores mobiliários	2	3
Receitas com tarifas bancárias	27	32
<b>Total</b>	<b>243</b>	<b>311</b>

## 11 Despesas de pessoal

	<u>2º sem/25</u>	<u>Dez/25</u>
Despesas com pessoal - benefícios	(21)	(77)
Despesas com pessoal - encargos sociais	(55)	(141)
Despesas com pessoal - proventos	(201)	(430)
<b>Total</b>	<b>(277)</b>	<b>(648)</b>

## 12 Outras despesas administrativas

	<u>2ºsem/25</u>	<u>Dez/25</u>
Despesas com serviços técnicos especializados	(189)	(437)
Despesas com processamento de dados (a)	(362)	(736)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(102)	(322)
Despesas com publicação	-	(1)
Despesas com água, energia e gás	(16)	(32)
Despesas com aluguel	(72)	(142)
Despesas com comunicações	(2)	(6)
Despesas com serviços de terceiros (b)	(385)	(841)
Despesas com depreciações/amortizações	(13)	(28)
Outras despesas	(56)	(92)
<b>Total</b>	<b>(1.197)</b>	<b>(2.637)</b>

(a) Composto por despesas em infraestrutura, principalmente com despesas com software para preparação operacional da Companhia. Tais contratos e serviços que têm sido realizados são destinados a licenças mensais, as quais, em sua grande maioria, seguem os padrões de mercado dos softwares, ou seja, não há por parte da Companhia a aquisição desses aplicativos que possam configurar como direitos a amortização nos próximos anos.

(b) Os serviços prestados englobam combinação de serviços administrativos de rotina, com fornecimento de preparo de folha de pagamento, pacote de serviços administrativos, marketing, serviços de contabilidade e auditoria.

## 13 Despesas tributárias

	<u>2ºsem/25</u>	<u>Dez/25</u>
Despesas com PIS	(2)	(3)
Despesas com COFINS	(12)	(15)
Despesas com demais impostos e taxas	(12)	(15)
Despesas com taxa de fiscalização da CVM	(1)	(11)
<b>Total</b>	<b>(27)</b>	<b>(44)</b>

## 14 Imposto de renda e contribuição social

	Dez/25	
	IRPJ	CSLL
<b>Apuração do IR e CSLL</b>		
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	(2.698)	(2.698)
<b>Base de cálculo de IR e CSLL</b>	<b>(2.698)</b>	<b>(2.698)</b>
Adições/(exclusões)	-	-
Despesas indedutíveis	-	-
Outras adições	-	-
<b>(Prejuízo) Lucro antes das compensações</b>	<b>(2.698)</b>	<b>(2.698)</b>
<b>Compensação de prejuízos</b>	-	-
<b>(Prejuízo) Lucro real</b>	<b>(2.698)</b>	<b>(2.698)</b>
Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR	-	-
Encargos de 15% de CSLL	-	-

Em 31 de dezembro de 2025, a Distribuidora apresentava créditos tributários originados de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 6.142 não contabilizados.

## 15 Operações com partes relacionadas

A Companhia mantém as seguintes operações com suas partes relacionadas:

### 15.1 Contas a pagar e a receber com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui montantes com partes relacionadas, conforme abaixo:

	Dez/25
<b>Depósitos da DTVM na SCD</b>	<b>2.464</b>
Depósitos bancários - Trinus SCD	2.464
<b>Total</b>	<b>2.464</b>

### 15.2 Remuneração aos administradores e acionistas

A remuneração dos administradores é baseada nas melhores práticas de mercado, obtida por meio de pesquisa de mercados setoriais e entidades sindicais, devendo ser proposta pelo comitê de remuneração, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia, de forma que, após proposta, será submetida à assembleia geral para aprovação.

Os administradores, quando do efetivo exercício de suas funções, poderão receber remuneração a título de pró-labore, estabelecida de comum acordo entre os sócios e salários quando não constantes no quadro acionário. Não houve pagamentos de remuneração a diretores no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

## 16 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível, classificados com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda provável, são provisionados na rubrica “Outras obrigações”. Os processos cujo riscos de perda sejam classificados como possíveis são divulgados em nota explicativa, porém, conforme norma vigente, não é requerido provisionamento, em 31 de dezembro de 2025, sendo esse montante de R\$ 241. Os processos cujos riscos de perda sejam classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. Em 31 de dezembro de 2025, não há em nossos registros provisões referentes a processo trabalhista com notificação de risco provável por parte dos assessores jurídicos. A mensuração das provisões e contingências é realizada por meio de modelos e critérios que permitem estimar, de maneira adequada, os valores envolvidos, considerando a incerteza quanto ao prazo e ao montante final.

## 17 Gestão de risco

A Distribuidora tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações. O monitoramento do risco de capital ocorre constantemente e é realizado com apoio do software Risk Driver Basileia III.

Os riscos à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria, acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais.

### Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos da Distribuidora possui procedimentos para identificação dos riscos de mercado que levam em consideração a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação.

A Distribuidora faz a gestão desses riscos buscando otimizar a relação risco-retorno através de modelos internos e uso de ferramentas de gestão baseadas nas melhores práticas adotadas pelo mercado. Além disso, emprega-se uma política conservadora na administração das exposições a riscos de mercado, supervisionando e controlando de forma independente. A Distribuidora encontra-se apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17, que trata da estrutura de gerenciamento dos riscos e a estrutura de gerenciamento de capital.

### Risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos da Distribuidora possui procedimentos para identificação dos riscos de liquidez, definidos na Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e Gerenciamento de Capital como (i) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; ou (ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Distribuidora possui apetite baixo para risco de liquidez, e tem como costume alocar seu capital em ativos com liquidez diária, para reduzir o risco de não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, em situações normais ou extremas, correntes e futuras, ou de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição. A Distribuidora atua somente na estruturação e distribuição de fundos fechados, de modo que não está exposta a risco de liquidez relacionado ao passivo dos fundos, que se constitui na base de cotistas dos fundos.

### Risco operacional

A Distribuidora possui procedimentos para gerenciar o risco operacional, definidos como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, sendo que estes riscos são agrupados em subcategorias, detalhadas na Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e Gerenciamento de Capital.

Os procedimentos consistem na identificação dos riscos e na implementação de mecanismos de controles específicos para cada um, que incluem critérios de seleção de pessoal, diretrizes de segurança da informação delineadas em política própria, instalações físicas e lógicas de trabalho adequadas, programas de treinamento compreensivos, apólices de seguro empresarial, fiscalização de prestadores de serviço, sistemas especializados para atividades críticas e rotinas operacionais adequadas. A atividade de Auditoria Interna é realizada por equipe especializada com experiência em controles internos.

A Distribuidora também possui uma estrutura de governança de tecnologia da informação consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS, além de possuir sistemas, processos e infraestrutura que asseguram

integridade, segurança e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados; são robustos e adequados às necessidades e às mudanças do modelo de negócio, tanto em circunstâncias normais quanto em períodos de estresse; e incluem mecanismos de proteção e segurança da informação com vistas a prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a ataques digitais.

#### Risco Socioambiental

A Distribuidora possui Política de Responsabilidade Socioambiental ("PRSA"), com a finalidade de reunir os princípios, diretrizes e recomendações de natureza socioambiental que norteiam as ações nos negócios e na relação com seus clientes, contrapartes, usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Distribuidora, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que sejam impactadas por suas atividades. A PRSA foi fundamentada nos princípios da relevância e da proporcionalidade, os quais consideram o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da empresa, bem como a compatibilidade da PRSA com a natureza da empresa e com a complexidade de suas atividades e de seus serviços e produtos.

### **17.1 Limites operacionais**

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996, os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2025 foi de 30,44% % o indicador é único para o conglomerado Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

### **18 Eventos subsequentes**

Entre a data-base das demonstrações financeiras e a aprovação delas pela Administração não foram identificados eventos subsequentes que sejam necessários divulgação ou registro nas demonstrações financeiras.